

CORREIO POLÍTICO

Lula Marques/Agência Brasil



Comissão de Orçamento: daí que se azeita a máquina

Orçamento, a graxa que gira a engrenagem

A última fase da Operação Overclean, da Polícia Federal, começou a encontrar o que desde o início parecia óbvio. Espalham-se pelo país diversas obras fantasmas. Dinheiro do orçamento que foi destinado e não chegou a lugar nenhum. Sumiu por algum ralo por onde somem as verbas públicas. A constatação aponta para o que se desconfiava desde que ficaram conhecidas as práticas do tal orçamento secreto. Na lógica normal, se um parlamentar destina dinheiro do orçamento para uma obra pública na sua base eleitoral, o evidente é que ele queira tornar esse fato o mais público possível, para lucrar eleitoralmente. Se, porém, ele prefere que a sua autoria não apareça, o objetivo não deve ser, então, fazer a obra.

Projeto para responsabilizar

Por essa razão, o Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE) lançará no dia 4 de fevereiro uma campanha para coleta de assinaturas para um projeto de iniciativa popular que visa responsabilizar como pessoa física o deputado ou senador que destinar um recurso de emenda parlamentar se ele for desviado. Foi o MCCE quem criou a Lei da Ficha Limpa, enviada da mesma forma ao Congresso como projeto de iniciativa popular.

Polícia Federal



Operação Overclean vai descobrindo o que parecia óbvio

Principal bandeira do MCCE este ano

A pressão criada à época fez com que o projeto fosse aprovado e sancionado pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 2010. Segundo o advogado Melillo Dinis, integrante do MCCE, a aprovação desse novo projeto será a principal bandeira do movimento. A ideia é que o CPF do deputado ou senador fique vinculado à emenda, de forma a que ele possa vir a ser acionado judicialmente caso aconteça algum desvio ou irregularidade. “Pode não resolver inteiramente, mas irá coibir o que está acontecendo”, confia Melillo.

Assim se azeita a máquina

“O processo orçamentário virou uma engrenagem política complicada”. Na sua tese de pós-graduação, Melillo estudou os diversos sinônimos criados para corrupção não somente no Brasil mas nos países da América Latina. Em alguns países sul-americanos, chama-se a propina paga em corrupção de “graxa” (em espanhol, “grasa”). “É exatamente disso do que se tratam as emendas”.

POR
RUDOLFO LAGO

No bolso

Mesmo que o parlamentar não coloque literalmente o dinheiro no bolso, é a partir do milionário esquema de emendas orçamentárias que a máquina eleitoral vai se movendo. O dinheiro que não vai para a obra no município move a forma como tudo se financia para além dos canais oficiais.

Renovação

Tal situação vem tornando o jogo eleitoral injusto. Nas últimas eleições, o índice de renovação do Congresso foi de apenas 39%. Em 2018, 47,37%. E a tendência é que a renovação seja ainda menor agora. Orçamento das emendas, com valor recorde de R\$ 61 bilhões, torna a disputa completamente desigual.

Centrão

Não por acaso, os que mais se beneficiam são os parlamentares do Centrão. Porque são justamente aqueles que menos têm no seu discurso a defesa de alguma tese política, de um programa, de uma bandeira. No caso, isso pouco importa. E se beneficia do confuso sistema de voto proporcional com lista aberta.

Já sabe

Como avalia outro integrante do MCCE, o ex-juiz eleitoral Márlon Reis, o jogo é tão azeitado que cada partido já sabe exatamente quantos deputados irá eleger em cada estado. É o partido quem estabelece a lista, e o eleitor não tem a menor capacidade de saber de fato quem irá se eleger quando vota em seu candidato.

Lista

Senhor da lista, o partido vai montando as engrenagens para controlar o resultado. Como ninguém é candidato à sua revelia, consegue tornar todo o resultado quase que totalmente previsível. E quem azeita tudo isso é o processo a partir do qual o dinheiro das emendas orçamentárias é distribuído em cada base.

Troca

“Os políticos passam a viver, assim, nessa eterna troca de favores”, conclui Melillo Dinis. “E hoje eles só têm os bônus desse processo”, embolsem ou não o dinheiro das emendas. O projeto do MCCE visa colocar algum ônus nesses expedientes. A coleta das assinaturas deve começar logo depois de 4 de fevereiro.



600 mil solicitações de ressarcimento já foram feitas

Fundo começa a ressarcir investidores

Devolução atinge até 800 mil credores do Banco Master

Por Beatriz Matos

O Fundo Garantidor de Crédito (FGC) iniciou nesta segunda-feira (19) o ressarcimento de investidores afetados pela liquidação extrajudicial do Banco Master, do Master de Investimento e do Letsbank.

Os primeiros valores começaram a cair na conta de cerca de 377 mil investidores, que concluíram todas as etapas do pedido de restituição.

Até o último balanço divulgado, cerca de 600 mil solicitações haviam sido registradas no sistema, de um universo estimado em 800 mil credores com direito à garantia. Inicialmente, o número de pessoas elegíveis chegou a ser calculado em 1,5 milhão, mas caiu após o pente-fino conduzido pelo Banco Central, responsável por consolidar e validar a lista final de credores.

Limites

O FGC garante o reembolso de até R\$ 250 mil por CPF ou CNPJ, incluindo o valor investido e os rendimentos acumulados até a data da liquidação, oficializada em novembro de 2025. O pagamento é feito à vista e abrange produtos como CDB, RDB, LCI, LCA, LCD, além de contas-correntes e poupança. O montante total a ser desembolsado pode chegar a R\$ 40,6 bilhões.

Pessoas físicas devem solicitar

o ressarcimento pelo aplicativo do FGC, enquanto empresas precisam fazer o pedido pelo Portal do Investidor. O fundo também alerta que não autoriza intermediários, não cobra taxas e não realiza contatos por WhatsApp ou SMS. No primeiro dia de pagamentos, o aplicativo voltou a apresentar instabilidade, repetindo problemas registrados no fim de semana, diante do alto volume de acessos. O FGC atribuiu as falhas à sobrecarga momentânea do sistema.

Fiscalização

Em meio aos desdobramentos do caso, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, defendeu a ampliação do poder de fiscalização do Banco Central sobre fundos de investimento — atribuição que hoje cabe à Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Em entrevista ao UOL, Haddad afirmou que “tem muita coisa que deveria estar no âmbito do Banco Central e que está no âmbito da CVM, equivocadamente. O Banco Central tem que ampliar o seu perímetro regulatório e passar a fiscalizar os fundos”.

As investigações apontaram que o esquema no Master utilizava fundos de investimento para movimentações recorrentes, com o objetivo de ocultar beneficiários finais e dificultar o rastreamento do dinheiro, expondo fragilidades na fiscalização compartilhada entre BC e CVM.